

16/05/2022 - Interview with Kelli Angelini, lawyer specialized in digital safety

**Ana Luiza Savi** [00:00:02] Kelly, muito obrigada pela sua presença. Eu tenho algumas perguntas aqui bem baseadas naquilo que a gente já conversou por email, mas só para a gente ter esse seu aceite gravado. Queria saber se você aceita que essa conversa seja gravada, transcrita e depois compartilhada com o Unicef.

**Kelli Angelini** [00:00:21] Sim sim, aceito.

**Ana Luiza Savi** [00:00:25] Ótimo. Bom Kelly, então, em primeiro lugar, muito prazer! Para a gente, é uma delícia estar aqui com você. Meu primeiro contato contigo, na verdade, foi no Dia da internet segura, o evento que teve agora em fevereiro e eu gostei muito da sua fala. Eu acho que você traz tanto essa perspectiva da pesquisa científica, a perspectiva do que dizem os indicadores, quanto a perspectiva da juventude, dessa participação do jovem na construção de políticas públicas, de iniciativas em cidadania digital. O que eu queria ouvir um pouquinho de você tem a ver com qual é o cenário atual no Brasil, principalmente em relação ao discurso de ódio. A gente tem conversado com Safernet, ouvido um pouquinho sobre como os indicadores estão aumentando, triplicando. E eu queria entender um pouquinho como que você vê essa questão, especialmente em relação a adolescentes e a juventude brasileira.

**Kelli Angelini** [00:01:20] Vou falar um pouquinho assim, só rapidamente da minha história para vocês saberem como que eu cheguei até aqui. Acho que não comentei antes, mas assim eu sou advogada, formada na (inaudível) e atuante na área de direito digital. E isso eu comecei a atuar nessa área em 2002, então já tem mais de 20 anos, e foi por volta de 2011, quando eu já era mãe, que eu comecei a me deparar nessa minha atuação com o Poder Judiciário, com ações judiciais envolvendo crianças e adolescentes no uso da internet. Naquela época me chocou muito, porque eram crianças vítimas de adultos, cybercriminosos na internet, ou adolescentes que cometiam infrações porque achavam que a internet era uma terra sem lei. E foi aí que eu vi que eu acho que o meu papel era outro, não era ficar defendendo pessoas depois de o problema já ter acontecido na internet. Então eu passei, virei a chave e fui para o lado da prevenção. Então, atuo nessa parte da educação digital, dessa segurança digital, dessa preparação de crianças e adolescentes, pais e educadores para o bom uso da internet, para que eles usem essa ferramenta que é incrível, da melhor forma possível e isso vai ao encontro da sua pergunta hoje. Por que desde aquela época até agora, o que eu percebo que assim: ainda há o entendimento de que a internet é uma terra sem lei, de que pelo fato da pessoa estar à frente de um dispositivo e não frente a frente com uma pessoa, ela pode xingar, ela pode ofender, ela pode praticar atos que presencialmente, por exemplo, não teria coragem. Então a gente vê esses xingamentos, essas ofensas e às vezes atrelada ao discurso de ódio que está ligado às ofensas a um grupo, uma minoria, um setor minoritário na sociedade. Por que? Porque há ainda esse entendimento de que na internet não é necessário ter respeito, não precisa da empatia, não há responsabilidade do que se faz. A internet não gera punições e isso é um ledo engano. O que a gente vê na prática é: toda ação que você pratica na internet,

gera uma consequência. Então, quando há infrações na internet que podem ser atos irregulares ou crimes, essas ações geram consequências e, inclusive, podem ser enquadrados na lei e gerar punições para quem o praticou. E se for um adolescente, nos termos do Estatuto da Criança ou Adolescente, ele pode sofrer ações sócio educativas e sócio preventivas aplicadas por um juiz, porque o adolescente não comete crime, comete ato infracional. E se for um adulto, já vai aí pela aplicação dos crimes previstos no nosso Código Penal. Mas acho que é fundamental esse entendimento de que a internet não é terra sem lei e que todos devem agir com muita consciência na internet. Mas, apesar disso, a gente vê sim a ocorrência de ofensas, xingamentos, humilhações a todo tipo de alvo.

**Ana Luiza Savi** [00:04:38] É muito interessante que você me conte essa parte de você virar essa chavinha depois que você se tornou mãe. Você acha que teve alguma relação com, talvez eventualmente ter seus filhos, com esse primeiro contato deles aprendendo como usar a internet?

**Kelli Angelini** [00:04:56] Sim, teve muita relação, até porque na época, assim, eu lembro exatamente o meu sentimento de: meu Deus, e agora? Tenho filhos. Como que eu vou lidar com essa situação, já que a internet é um caminho sem volta? Então, isso teve muita relação com a maternidade, mas também acho que isso me impulsionou muito para buscar um caminho mais educativo o caminho da instrução, porque, na prática, eu dou muita palestras em escolas para pré adolescentes e adolescentes, pais e educadores. Nos grupos de pré adolescentes e adolescentes, em que a gente já tem contato com esses temas do uso consciente, seguro e responsável da internet. Você percebe que a atuação deles online é muito diferente. Eles já estão preocupados com a autoproteção, com a questão do respeito e a empatia online, com a tolerância, com as consequências, inclusive. Quando eu falo com adolescentes as consequências das ações, muitas vezes eles querem saber mais: quais são as punições, quais são as medidas? Porque eles estão ali, preocupados realmente com o que eles estão fazendo online, mas para isso tem que ter instrução. Por que? Porque são seres em desenvolvimento, não têm a experiência de vida que a gente tem, apesar de ter muita habilidade para o manuseio das novas tecnologias. E daí vem uma questão que eu me deparo muito na prática de que assim, os pais, o que eu vejo muito é que eles olham os filhos com aquela habilidade imensa para lidar com essas tecnologias e acham que não têm nada a ensinar ou que nem os filhos já sabem, que não precisam de instrução. E não, eles podem ter habilidade com o manuseio das tecnologias, mas não têm maturidade, não têm noções de autoproteção. E aí vem o papel fundamental dos pais, sabendo muito ou pouco de tecnologia, de instruir esses filhos, assim como eles instruem, né? "Olha, ao sair na rua, você olha dos dois lados, não fala com estranhos, não aceita doces de pessoas estranhas", também tem que ter esses cuidados no uso da internet. Mas muitas vezes os pais olham essas habilidades dos filhos, os filhos estão ao lado deles fisicamente, passa aquela sensação de proteção, mas estão soltos em um ambiente digital, sem instrução e à mercê de muitos acontecimentos que podem ser ruins.

**Ana Luiza Savi** [00:07:28] Em relação a esses grupos de pré adolescentes e adolescentes. Talvez até pensando um pouquinho nesses adolescentes mais velhos, jovens adultos. Você vê uma diferença nessas habilidades digitais em relação aos adolescentes mais jovens ou até os adultos um pouco mais velhos?

**Kelli Angelini** [00:07:46] Olha o que eu percebo na prática, até sendo mãe e acompanhando outras crianças e adolescentes, é que eles têm uma expertise boa de manuseio com as tecnologias. Crianças muito pequenas você já foi passando dedinho ali pra mudar foto, pra mudar a tela do celular. E eles já têm efetivamente essa habilidade que a gente tem também mas eles aparentam ter mais. Mas falta ali muito entendimento sobre boas condutas no uso da internet. Até nessas questões de discurso de ódio, o que a gente percebe é que, quando há esse tipo de ação na internet, muitas vezes outros usuários acabam apoiando essas ações porque se sentem impulsionados lendo esses comentários maldosos, essas ofensas e xingamentos. E podem ser adolescentes que entendem que: ok, xingar, ofender ali no ambiente digital e tudo bem, não gera consequências. Mas é fundamental que essas crianças e adolescentes saibam que não só esses comentários geram consequências pra eles, mas que eles afetam a outra pessoa, causam dor, causam muito sofrimento, muita angústia. Para quem recebe esse tipo de comentário, seja um discurso de ódio ou ofensa isolada da internet, gera uma consequência muito pesada, um sofrimento muito grande para quem recebe. Então, essas intercorrências nessas instruções são fundamentais aí para que crianças e adolescentes tenham boas ações on line e para que eles saibam o que fazer caso eles sejam vítimas. Porque a gente vê também que crianças e adolescentes começam, em determinado momento, a ter acesso a um celular porque os pais dão, cria um perfil em rede social e muitas vezes não são acompanhados pelos pais. E aí, o que acontece? A criança ou adolescente posta aquele vídeo, aquela que foto achando que é o máximo, é superlegal, e de repente vêm comentários maldosos, sejam de um discurso de ódio, sejam ofensas isoladas. E a criança e adolescente sofre muito com isso. E essa criança, [00:09:55] esse adolescente, precisa ser estimulado a conversar com o adulto de confiança, a procurar ajuda, a bloquear essas pessoas que praticam discurso de ódio online para que isso cesse, a denunciar isso numa plataforma, para que essa pessoa seja banida de praticar outras ações assim com outras pessoas. [19.4s] E até muitas vezes, dependendo do que acontece, por exemplo, no discurso de ódio de racismo, a procurar uma briga judicial para que quem está cometendo esses atos sejam efetivamente punidos. E aí tem que fazer um boletim de ocorrência em uma delegacia. Tem que ter ali toda a tramitação judicial para que quem praticou esses atos seja realmente punido e sofra sanções previstas, porque são atos, são infrações na internet.

**Ana Luiza Savi** [00:10:45] Sim. É muito interessante o que você está trazendo, porque eu venho lendo muito sobre isso, especialmente em relação a adolescentes, adolescentes mais velhos. E quando você me conta que eles fazem esse conteúdo auto produzido e eventualmente recebem comentários maldosos, essas ofensas isoladas ou discurso de ódio, eu fiquei me perguntando assim: na perspectiva da prevenção, o que você consegue perceber que ajuda a prevenir com que o discurso de ódio aconteça entre adolescentes e jovens adultos, por exemplo?

**Kelli Angelini** [00:11:22] Então, entre pré adolescentes e adolescentes. Eu acho que uma forma de proteger é você realmente configurar a privacidade dessas redes sociais para não permitir que estranhos façam comentários. E aí você acaba protegendo essa criança contra comentários maldosos que a gente vê que às vezes pessoas produzem esses comentários pra humilhar mesmo, pra ofender

e às vezes não tem nenhum contato, nem nada mas têm uma participação online muito ofensiva, muito, muito na produção de ofensas para trazer o mal a alguém. Então, acho que essa proteção, essa configuração que os pais podem ajudar muito, é bastante importante. Por outro lado, é cuidar para instruir os filhos, para não ser efetivamente um hater, pra não produzir um discurso de ódio, não praticar ofensas online, saber que o respeito e empatia na internet é tão importante quanto o presencial, isso é fundamental. Eu acho que os pais, no geral, acho que eles têm que ter essa preocupação de instrução, tanto da proteção dos filhos, que isso é fundamental quanto também de formar bons cidadãos para esse uso das novas tecnologias, para o uso da internet. Então, acho que essas duas, esses dois caminhos aí, ajudam muito na proteção de pré adolescentes, adolescentes e jovens adultos aí, que saem da adolescência e vão para a vida adulta e continuam tendo um bom curso online.

**Ana Luiza Savi** [00:13:02] Ouvindo você falar sobre essa questão da instrução. A gente leu muito sobre esse efeito da desinibição online. Então eu acho que isso conecta um pouco do que você falou, dessa sensação de terra sem lei, ao mesmo tempo que essa falta de instrução. Então, eles acabam ficando mais desinibidos, seja na produção de conteúdo, ou seja mesmo nesses comentários, em poder ser um potencial hater, ao mesmo tempo uma potencial vítima e esses papéis vão se trocando. Você tem visto isso também?

**Kelli Angelini** [00:13:35] Olha, o que eu percebo na prática é que tem pessoas, grupos ou pessoas mais vulneráveis. E aí essas pessoas que têm essa prática da ofensa online percebe isso e acaba atacando essas pessoas mais vulneráveis. E o que eu percebo também é que alguns apoiadores dessas ofensas online, eles acabam fazendo isso porque na maioria das vezes eles conhecem esse ofensor e têm medo de ser a próxima vítima. Então, ou eles ficam em silêncio porque têm medo de ser a próxima pessoa ofendida, ou acabam até apoiando essas ofensas com medo de ser o próximo. Então são aqueles telespectadores que sofrem também. Quando você tem essa relação ofensiva na internet, não é só a vítima que sofre. Ela sofre muito, mas você tem os telespectadores ali que estão naquele ambiente, gente com medo de ser a próxima vítima e, às vezes, ou acabam ficando em silêncio, não procuram ajuda, não apoiam a vítima ou às vezes até apoiam aqueles comentários ruins com medo de ir e acabar sendo o próximo. E aí eles têm que de alguma forma ali, do jeito deles, se livrar dessa situação.

**Lucila Battan** [00:14:58] Kelli I wanted to ask you two things, because I'm listening to what you are saying and I do want to understand your approach. Because you are educating young people, so the approach is, we read or I know, that there is two different types of approach, one could be more on a positive basis and another one focusing more on risks and consequences, which I'm getting from what you're saying that this might be your approach, but I do want to validate that as a first question. So what would be your approach while educating, so where are you focusing your content?

**Kelli Angelini** [00:15:46] O meu foco ali, nesse trabalho de educação digital é justamente levar a instrução sobre o uso seguro, consciente e responsável da internet, focando um pouco na responsabilidade das ações de crianças, adolescentes, de pais e escolas no ambiente digital. Por que? Porque, como eu

falei no início, a internet não é uma terra sem lei e essas crianças e adolescentes, elas estão sob a guarda dos pais ou da escola. E essa guarda, em determinado momento, pode ser compartilhada, por exemplo. Eu até fiz uma postagem de semana passada, de um jovem que estava no banheiro, 12 anos, ele estava no banheiro de uma escola e os amiguinhos, na mesma sala foram lá, filmaram ele fazendo suas necessidades fisiológicas no banheiro. Pegaram esse vídeo, compartilharam em grupos de WhatsApp da escola e o vídeo viralizou. O garoto sofreu muito e não tinha nem coragem mais de ir para a escola. E aí, o que aconteceu? Os pais da vítima, do garoto que teve a sua imagem exposta indevidamente, ingressaram com uma ação judicial contra a escola e contra os pais dos garotos que fizeram isso e todos foram condenados a pagar a indenização. Então, meu foco ali é justamente mostrar o quanto tem o quanto essas ações on line geram responsabilidade e o quanto crianças e adolescentes devem ser estimuladas a ter o uso da internet com muita empatia, consciência e responsabilidade.

**Lucila Battan** [00:18:37] Ok, but the approach is towards the entities: parents and schools, right? Or it's both, maybe it's both.

**Kelli Angelini** [00:18:38] It's both. Eu trabalho muito com essa questão da empatia, do respeito, da empatia e as consequências que podem ocorrer com o ingresso de uma ação judicial, tanto no aspecto cível quanto no penal. Onde tem aí o enquadramento no crime, em uma punição da esfera penal, quanto também no pagamento de indenização. Mas eu gosto muito de falar do quanto é importante ter ações respeitadas e com muita empatia na internet. Não são sempre essas duas abordagens.

**Lucila Battan** [00:19:11] Ok, and another thing is.... Maybe I misunderstood because of the language, so that's why I also want to validate, is that they are very enthusiastic or they know what are the consequences so they are more prepared with the online environment, so they know what they need to do... But what happens in practice? Because this is something that I see a lot, I mean, we can read a lots of content saying what are the 3 or 4 main activities, reports, strategic silence, offering help... So we know which are the recommended attitudes we need to take when we are going through an online hate speech or being bullied. But we know that not everybody does that, so have you been able to pinpoint, or detect, or bullet some of the barriers that, even though adolescents have the knowledge and they might know the consequences, why they are not acting up on them? Have they mentioned maybe they are opening up or what are the reasons why they are not doing anything? Is it just the fear of being part? Because sometimes reporting is anonymous so their actions are anonymous. Have you been in contact with feedback or the specific details of why they might not be taking action the way we expect them to?

**Kelli Angelini** [00:20:43] Eu atendo algumas famílias quando as escolas me chamam para dar consultoria. O que eu percebo na prática é que, em alguns casos, a família não quer estar envolvida numa ação judicial, porque tem aquela percepção de que, no Brasil, o Poder Judiciário é lento, demora e que pode trazer nesse percurso ações ou consequências que não sejam tão positivas para a família. Então, eles têm um certo receio de dar andamento a essas ações em decorrência de consequências que eles imaginam que podem ter como



exposição, pode ter uma exposição do caso, pode sair na mídia, isso pode se tornar muito conhecido. Pode ter também na tramitação da ação judicial a apuração de provas. Então, o envolvimento ali naquela situação pela vítima novamente e também a tramitação de levar muito tempo, os custos de uma ação judicial que também é levada em consideração, tem que contratar um advogado, mas o que eu percebo também é que ações simples, como: denunciar numa plataforma, como, por exemplo, num caso de um discurso de ódio, cyberbullying, muitas famílias sequer fazem essa denúncia, que seria rápida e sem custo. Seja porque não sabem disso e muitas famílias não sabem, muitas crianças e adolescentes não sabem que têm esse mecanismo de denúncia na plataforma, seja porque no momento ali que acontece, eles querem sair daquele cenário e proíbem o uso por um período e retira a criança ou adolescente da plataforma, do uso. E seguem ali lidando com aquele sofrimento, com as consequências daquela ação. Então, eu acho que o papel importante é na disseminação dessas informações sobre o que fazer quando se é vítima de alguma ação indevida na internet é muito importante para que você dissemine informações práticas de como as famílias, e até adolescentes, podem atuar ali caso alguma coisa aconteça. Tem a esfera judicial, óbvio, mas tem ações simples ali, da plataforma que está envolvida, da rede social, que podem também ajudar bastante, podem até banir que isso venha a acontecer novamente.

**Ana Luiza Savi** [00:23:18] E mais individualmente. Então acho que a parte institucional da ação judicial, do papel das escolas e papel as famílias ficou bem claro. Mas, mais individualmente, quais são as dificuldades ou as barreiras que esses adolescentes e jovens encontram para fazer, por exemplo, essa denúncia ou para eventualmente ajudar alguém e poder, de fato, colocar em prática essa segurança digital.

**Kelli Angelini** [00:23:47] Então adolescentes, a gente não pode esquecer que são seres em desenvolvimento, então assim, eles ainda não têm noções de autoproteção ou de encaminhamentos, como a gente tem. O que eu vejo na prática é que, em muitos casos, adolescentes quando são vítimas de alguma infração online, ou eles não contam para ninguém e tentam lidar com essa situação. E aí várias coisas podem acontecer, como alguns casos que eu já acompanhei de depois de um tempo, vir até a uma automutilação ou tentativa de suicídio, porque aquilo continua, aquele dano continua. O adolescente não consegue lidar com aquela situação e começa a se automutilar ou até vai para uma tentativa de suicídio em decorrência do grande sofrimento que veio desse dano online. Ou então, esses adolescentes acabam contando para alguém da escola e os professores, né, as pesquisas do CETIC até do Alexandre Barbosa que você vai conversar com ele, mostram o que os educadores e professores que são bastante consultados nisso, só que eles não foram capacitados. Então, o que você percebe? Que falta uma capacitação para que ele seja instruído a lidar com essas situações, a fazer um bom encaminhamento desse adolescente que está sendo vítima para saber lidar com isso, para saber acessar e para poder denunciar. Então, falta uma boa instrução, porque, se não, cada um tenta lidar do seu jeito e nem sempre é o encaminhamento mais devido. Ou então procuram os pais. Mas muitas vezes eles deixam de procurar os pais com medo de ser proibidos, serem proibidos de usar o celular, por exemplo. Eu já, em palestras com adolescentes, eles me relataram que não contam para os pais alguma ofensa que estão sofrendo online com medo de serem punidos pelos

pais, então: está acontecendo isso com você online? Então eu vou pegar seu celular e você vai ficar proibido. Sabendo dessas reações dos pais, acabam preferindo lidar sozinhos, com a ajuda de amigos ou não falar para ninguém em decorrência dessas punições. Ou às vezes enfrentam situações em que os pais também não receberam instruções, não estão aptos a ajudar os seus filhos, não sabem como lidar com isso. Então, assim a gente vê realmente muitos casos em que criança e adolescente sofrem, porque efetivamente estão ali, não têm instrução ou estão ali mal orientados através de pessoas que poderiam ajudar, mas também não foram capacitadas a isso. Vou dar um exemplo para vocês que não está ligado no discurso de ódio, mas foi um dos casos mais preocupantes que eu lidei de uma escola que me chamou. Tinha um caszinho, uma menina e um menino de uma escola, ela tinha 15 e ele tinha 16 anos e em um determinado momento eles trocaram nudes. Só que aí o garoto, que era o namorado, prometeu que não ia mandar esses nudes para ninguém mas acabou mandando, e aí assim: ganhou a confiança da garota mas no fim acabou quebrando essa confiança e mandou para cinco amigos no WhatsApp. Um desses amigos, em posse desses nudes, começou a chantagear a garota e pediu favores sexuais para ela, se não, ele ia divulgar esse nude, numa rede social até para família. A garota de 15 anos, desesperada, não se sentiu confortável para pedir ajuda para os pais, nem na escola, cedeu à chantagem e acabou tendo ali um envolvimento sexual com o garoto. Até que chegou uma hora que o garoto pedia mais e mais e mais, ela não suportou mais e acabou contando pra mãe, mas isso já tinham passado meses dessa chantagem e aí eu fui chamada ali para a gente conversar com a família, entender as consequências disso tudo e até passar o caminho ali, o que poderia ser feito dali para frente. Claro que não o aspecto psicológico, eu não sou psicóloga, mas um aspecto jurídico mesmo, e a gente conversou muito. E a mãe estava desolada, dizendo: como que ela não me procurou? Por que ela não me procurou? E vários aspectos levam a isso. Então, assim a gente vê que adolescentes vítimas de infrações online, muitas vezes por falta de orientação, por falta de abertura dentro das famílias, medo de punição, acabam tentando lidar sozinhos com esses problemas. E aí as consequências, que já eram grandes, se tornam ainda maiores.

**Ana Luiza Savi** [00:28:34] Nossa Kelli isso é importante para a gente, porque acho que conta diretamente sobre a vivência do jovem e jovem um pouco dessa sensação de talvez muita solidão nessa questão e, ao mesmo tempo, o medo de pedir ajuda ou um pedir ajuda, que nem sempre é efetivo. Então acaba numa punição, acaba em um não saber e eles voltam a se sentir muito solitários nessa situação. Tem alguma iniciativa ou alguma intervenção que você já fez ou já participou e que talvez trabalhasse um pouco essas habilidades?

**Kelli Angelini** [00:29:10] Então, quando eu dou palestra para pais, principalmente, eu falo muito do acolhimento. Então, quando o filho sofre alguma indicação online, ele ou ela tem se acolhido, é a primeira coisa, né. Então, não, não dá para ter uma punição ou um comentário. Por exemplo, muitos casos de cyberbullying que eu percebo que alguns pais falam assim: "Ah, mas eu sofri bullying quando eu era criança e não morri, to aqui vivo e tudo bem." E não é assim, cada pessoa reage de uma forma, então você tem que acolher a vítima, pensar o que pode ser feito naquele momento em termos de amparo a essa pessoa, o que ela está sofrendo e depois analisar quais são os caminhos a percorrer a seguir em relação à infração que foi feita. Então, acho que a primeira coisa é isso,

estimular, e depois vem justamente a informação sobre o que fazer. E nos cursos de capacitação que eu dou para educadores, a gente fala muito dessa questão, o quanto os educadores podem ajudar a resolver problemas ou darem instruções para seus alunos no dia a dia da escola, como também a instruir pais. Então, a escola também pode fazer esse papel de levar a instrução para as famílias e juntas se unirem para esse bom uso e autoproteção da internet por crianças e adolescentes. Então, quanto mais a gente disseminar essa informação, esse diálogo, essa abertura é fundamental. Eu falo até que assim, a gente pode achar que não mas o diálogo entre as famílias, com crianças e adolescentes, faz muita diferença, porque são pessoas mais preparadas a saber lidar com esses desafios online, porque senão é isso: vira uma terra sem lei, aquele que pratica uma infração acha que não vai ser punido e quando acontece, a vítima também não sabe lidar com aquela situação e fica sempre nesse sofrimento, essas situações aí muito desagradáveis, quando deveria estar havendo ali um melhor uso da internet. Porque assim eles usam muito para trabalhos escolares, para comunicação entre eles e com familiares, para assistir vídeos pedagógicos ou não, para diversão, para entretenimento. Então tem o uso muito positivo por crianças e adolescentes e é esse uso positivo que a gente tem que estimular. Mas, quando acontece alguma coisa errada, também tem que ter o encaminhamento adequado, um amparo à vítima daquela situação. Então, essa disseminação de informação é realmente o que faz bastante diferença.

**Ana Luiza Savi** [00:31:48] Me lembrou de um projeto que a gente tem, que chama Caretas. Não sei se você já teve acesso, mas a gente construiu esse projeto também com o Unicef e a nossa ideia era bem essa, não tomar uma perspectiva que fosse punitiva, entender um pouco esse momento do desenvolvimento, esse momento da auto descoberta e, ao mesmo tempo alertando para os perigos, os riscos do compartilhamento de imagens íntimas, mas também entendendo que a gente precisava muito acolher aquela vítima naquele momento e fazer com que as pessoas que fizessem a história também trabalhassem nesse mesmo sentido. E o que a gente foi recebendo respostas muito positivas, assim, majoritariamente. É um robô que foi viral, chegou a mais de 1 milhão de jovens mas, de fato, o que a gente percebe isso é um movimento empático muito forte em prol da Fabi que é essa personagem, inclusive humanizando ela e ficando com a sensação de que tinha salvado a vida dela, que tinha ajudado a dar o próximo passo para poder fazer uma denúncia. E mesmo a estatística bem informativa de quantos jovens compartilham imagens íntimas foi muito transformador, porque você sai desse lugar de isolamento e ao mesmo tempo se empodera para poder ser mais dono, mais consciente e tomar decisões mais alinhadas com, enfim, os valores e as consequências dentro do que é de fato possível. E te ouvindo é muito inspirador, porque eu fico pensando o quanto isso é importante, o quanto impacto a gente pode promover com esses jovens e as jovens. Queria te perguntar se dentro do discurso de ódio, primeiro, se você acha que o discurso de ódio é um tópico relevante a ser trabalhado nesse momento com essa população? Então, a partir dos 16, porque a gente tem visto em diversos indicadores um aumento, principalmente quando os adolescentes vão ficando mais velhos mas eu queria muito alinhar contigo e, se sim, quais tópicos do discurso de ódio que você percebe que estão mais importantes nessa faixa etária?



**Kelli Angelini** [00:34:06] Sobre o projeto Caretas eu até indico ele nas palestras que eu dou, porque realmente é um projeto incrível, parabéns! Porque ajuda muito, faz muita diferença e é legal ter uma ferramenta assim, próxima ao jovem, no linguajar do jovem porque quando a gente fala... Mas entre eles é o que funciona muito melhor pra eles se sentirem até a vontade de contar, de relatar e o quanto a gente aprende com tudo isso é fundamental. Faz total sentido trabalhar com essas crianças e adolescentes, porque isso faz parte do uso com respeito e responsabilidade na internet e que muitas vezes acontece por essa falta de noção de consequência no uso do ambiente digital. Então, assim faz muito sentido, o que eu vejo na prática é que há uma linha muito tênue entre uma brincadeira e uma ofensa, e o discurso de ódio quando você vê uma defesa de quem praticou o discurso de ódio, há sempre aquele legado da liberdade de expressão. Então, a pessoa tenta se apoiar na liberdade de expressão, dizendo: olha, é um direito garantido constitucionalmente, eu tenho o direito de me manifestar. E é óbvio, né? Graça a Deus que a gente tem assim esse direito previsto na Constituição brasileira. Mas esse direito não é absoluto, ele vai, ele pode ser exercido até determinado momento em que não haja infração a outros direitos, como intimidade e privacidade. Então, trabalhar isso com os jovens é não só resgatar, né? A proteção aos direitos do ser né, sejam crianças, adolescentes e até adultos, no nosso ordenamento jurídico, como também mostrar pra eles o quanto isso é importante e quais são os limites de tudo isso. Então trabalhar discurso de ódio nessa idade, especialmente a partir de 16, é formar esses cidadãos pra que depois tenham boas condutas no ambiente digital e também fora do ambiente digital, exercendo ali os seus direitos: seja numa reclamação, seja em qualquer uma manifestação, mas sabendo que aquele direito não é absoluto e que ele tem que ser feito, ele pode ser exercido, mas respeitando os direitos individuais das pessoas.

**Ana Luiza Savi** [00:36:39] Que bacana, e sobre as temáticas que estão envolvidas no discurso de ódio. Você percebe que tem alguma temática que está mais presente do que outras, por exemplo, racismo, xenofobia.

**Kelli Angelini** [00:36:53] Olha não sei se tenho uma mais presente que a outra, mas o que a gente vê na prática é assim: quais grupos são mais afetados em relação a isso? São mais afetados não, são mais atingidos. Negros, mulheres, pessoas de determinadas regiões do país, aqueles grupos que têm uma aparência física que não é a padronizada na sociedade de hoje e não é tido como mais belo, como mais aceito, digamos assim. A gente percebe muito nesse sentido, dessas práticas de discurso de ódio. Acho que essas minorias aí elas são bastante atingidas, até porque podem passar a sensação de vulnerabilidade, de estarem mais vulneráveis, de reagirem menos e aí acabam sendo alvo dessas ofensas.

**Ana Luiza Savi** [00:37:51] E na sua prática tem alguma ofensa que se repete mais vezes ou essa é uma, é uma proporção que é, enfim, que você desconhece ou é mais ou menos parecida. Eu pergunto isso porque a gente tem, quando eu te pergunto sobre a sua prática, é porque quando a gente, por exemplo, entra em contato com os números da Safernet, a gente não consegue fazer essa distinção entre: Será que existem mais ocorrências e, portanto, mais denúncias? Ou será que existe mais conhecimento sobre como denunciar e, portanto, mais ocorrências? E aí seria uma questão que eu entendo que não é números, tem a

ver um pouco mais com essa vivência, com essa prática, com o jovem adolescente e jovem adulto e menos com essa questão dos indicadores. Essa questão dos indicadores, a gente tem acesso e essa é uma informação que a gente não consegue ter efetivamente, o porquê que esses indicadores sobem, necessariamente se é relacionado ao aumento das ofensas. Mas queria saber um pouquinho de você assim nesse trabalho com escolas e com jovens, se tem alguma temática que aparece mais.

**Kelli Angelini** [00:38:58] Então eu não consigo perceber uma temática que apareça mais, o que eu verifico é que elas aparecem em cada vez mais ambientes. Então vai desde uma rede social até um jogo online, então você percebe muito até essas pesquisas mostram bastante, quando crianças e adolescentes respondem sobre: já vi alguém sendo ofendida na internet? Já foi vítima de uma ofensa na internet? Onde é que isso aconteceu? Então isso tem uma variedade grande, desde grupos de WhatsApp até redes sociais, plataformas de jogos. Então você percebe que isso pode acontecer numa diversidade muito grande de locais e que são ambientes que crianças, adolescentes estão frequentando hoje. Apesar de que a gente sabe que as plataformas, por exemplo, de redes sociais, elas estabelecem uma idade mínima, a maioria delas de 13 anos. E não é porque com 13 anos o adolescente já estaria apto a usar uma rede social ou que teria proteção suficiente para uso de uma rede social, mas isso muitas vezes está atrelado a uma lei norte americana chamada COPPA, que diz que o tratamento de dados de adolescentes só pode ser feito a partir dos 13 anos, e aí essas plataformas usam essa idade mínima. Só que a gente percebe que, na prática, crianças muito mais novas já têm acesso a essas plataformas de redes sociais, já têm interações em jogos sem nenhuma restrição ou até mediação parental, e aí isso acaba acontecendo. E o que me preocupa é o quanto essas crianças adolescentes estão cientes dessas ofensas para que não tratem isso como normal. Então, quer dizer, uma criança que é xingada, ofendida, alvo de palavrões, uma rede social, um jogo, por exemplo. O quanto ela consegue identificar que aquilo não é uma conduta apropriada, que ela está sendo vítima de uma ofensa ou de um xingamento? Então, eu tenho um pouco essa preocupação. De onde isso acontece? Com quais idades? Com crianças e adolescentes, para que a gente possa também adotar ações para permitir a identificação mais nítida de que isso não é uma prática comum e não deveria estar ocorrendo naquele ambiente, porque se não se torna realmente uma banalização e até uma replicação disso, já que aquela criança está tão exposta, não consegue identificar que aquilo é uma infração, é algo que não deveria estar ocorrendo. Quanto ela vai replicar isso com outras pessoas também? Então, o que eu percebo é isso, e eu acho que esse é um ponto que a gente deveria trabalhar mais.

**Lucila Battan** [00:43:43] No, I was just... I was thinking more, moving on from the topic of understanding which theme is the most used. But what would be a strategy? I was very curious on your expertise since you are a lawyer and sometimes we don't know what are the tools that we have there legally offered. Besides reporting on the social media, what happens outside? What is another possibility that I do have and what could be that approach specifically? Because, for example, if I'm a young person and I can't approach my parents because as you mentioned one of the barriers could be the lack of openness in the family, so they are not used to talk about personal things. Maybe at school

that person has approached a teacher but the teacher didn't know how to handle it. Can a young person go directly to the police, can go to a lawyer? What are other sources and what would be the approach just to solve a hate speech case? Because hate speech seems very abstract in a way, people could be trolls or just anonymous accounts, so it's much more difficult than sharing a nude picture, that you know who could have been the source and just do a reverse engineering to track somebody. So, in this cases what are the other possibilities that I might have besides talking to my parents or to a teacher? What are the other paths that you are expert on, that can help young kids?

**Kelli Angelini** [00:43:45] Então, no aspecto legal, quais são as nossas possibilidades? O adolescente sozinho, ele pode fazer uma denúncia do Ministério Público Federal ou Estadual, tá? Eles recebem denúncias para tratar casos de discurso de ódio ou de ofensas na internet, especialmente ligada a grupos e isso pode ser feito pelo site mesmo da própria instituição, é só procurar o Ministério Público do Estado ou da região onde mora. Também nós temos aqui um telefone do grupo ligado né, ao Ministério da Justiça, que chama Disque 100, em que se recebe denúncias contra direitos humanos, então o adolescente pode ligar, ele não precisa se identificar se ele não quiser e ele se identificar, a identificação não é passada à frente. Então, ele pode ligar lá e falar o que está acontecendo e pode fazer essa denúncia com os pais junto, junto com os pais ou sem os pais, pode podem ajudar. E nós temos ainda no site da Safernet o Denuncie.org.br, que recebe denúncias e até tem um mecanismo lá de falar com o adolescente sobre o que está acontecendo, então, assim, nessa parte mais legal, nós temos isso. Fora isso, o adolescente ele pode procurar uma Defensoria Pública para pedir ajuda, que seria um apoio ali do estado ou município, para ter o amparo judicial desse adolescente para seguir com essa questão. Ou ele pode procurar a Vara da Infância e da Juventude no fórum mais próximo da casa dele, para que o juiz da Infância e da Juventude ampare essa criança e adote as providências em relação a isso que está acontecendo. Então, assim existem vários outros mecanismos, na maioria das vezes, esses mecanismos são acionados pelos pais ou pela escola, com ajuda de algum professor ou com algum familiar mas o adolescente não pode mais pode adotar essas providências.

**Lucila Battan** [00:47:02] Thanks that's very insightful, just to have the data which I didn't have but... Another thing that happens or at least a myth around it is that you can go on "Denunciar" (report) however nothing will be done, it might take a long time or those things don't really work but do we have any data or specific data that shows the number of calls or the "denuncias" that have been received and how many have been solved, and resolved, or what happens there. Just trying to get more information that's qualitative based on the experience because sometimes we have these myths that are not grounded in anything so maybe you have more information or is this a common question that kids ask in your workshops and in your lectures?

**Kelli Angelini** [00:47:04] Sim eu recebo, eu recebo pedido de informações assim sobre o quanto demora, como que é a tramitação e assim na prática, os casos que eu acompanho, se tiver efetivamente um profissional cuidando do assunto, funcionam muito bem. Os casos encaminhados ao Ministério Público têm uma seriedade muito grande em relação a isso e um encaminhamento muito eficaz,

no Poder Judiciário, quando você tem um acompanhamento de um de um advogado, de alguém que está cuidando da tramitação, da ação penal e do boletim de ocorrência, do inquérito policial, você também tem, inclusive aqui no Brasil a gente tem delegacias especializadas em crimes digitais para poder tratar só esse tipo de crime mas nós não temos delegacias no Brasil todo especializadas. Então, as delegacias hoje existentes no país têm que dar conta de todas as infrações que acontecem, mas tem, muitas vezes nós temos problemas de demora, de tramitações mais lentas, de falta de apuração de provas que acabam não identificando os seus infratores ou provas que acabam não estando mais disponíveis no momento da apuração do crime, por exemplo, logs de acesso, logs de conteúdo que serviriam ali para a identificação do infrator. Então existem alguns percalços aí, no decorrer dessa tramitação judicial, que podem dificultar essa tramitação dessas, da apuração dessas infrações. Mas no dia a dia, na prática, eu vejo que há sim uma boa conduta de tramitação e que quando isso é levado, principalmente em órgãos oficiais, há uma seriedade muito grande para tratar desses casos.

**Lucila Battan** [00:49:07] And what would be the consequences like, what would be the outcome, for example, I suffer from an aggression in hate speech, I do the "Denuncia" (report), what am I expected to gain? What's my gain when I do that? Because it takes a lot of effort also, going through this process what would be the outcome, the end result? What would I gain from it?

**Kelli Angelini** [00:49:34] Existem duas possibilidades quando você denuncia uma infração penal, a expectativa é ter a punição de quem praticou esse ato. Nos termos da lei. Então, por exemplo, se for um discurso de ódio ligado à injúria racial, é que essa pessoa que praticou esse ato seja punido pelo crime de injúria racial e que ela sofra as penalidades da lei. No segundo aspecto, o aspecto cível, é aquela pessoa que praticou uma ofensa, um dano que isso seja reconhecido pelo Poder Judiciário, pelo juiz e que essa pessoa seja obrigada a pagar uma indenização. Em alguns casos que eu acompanho, por exemplo, tem a indenização moral e a indenização material, adolescentes que sofreram por ofensas online que caem ansiedade, depressão, isolamento, que têm que fazer um tratamento psicológico, gastar com remédios, o juiz pode reconhecer isso, inclusive fazer com que o infrator pague esse tratamento, que seria uma indenização material. Então, tem a indenização por dano moral, a indenização pelos gastos materiais e essa bifurcação pela punição de uma infração penal né, de um crime, quando se comete um crime, então a expectativa é essa. Não precisa necessariamente usar todas elas né, depende ali da vítima, ela pode ir só para a esfera penal ou ela pode ir só para esfera cível né, e recorrer e verificar qual é o caminho ali que ela quer seguir. Na maioria das vezes, o que eu percebo é que, quando a família quer adotar alguma providência em relação a isso, elas costumam ir mais para a esfera cível, para indenização e um pouco menos para a esfera criminal, para punição do crime.

**Lucila Battan** [00:51:28] Ok, and in all of the topics because I think that at least my perception, my intuition, would be that hate speech is more probable to go on a "penal" path because basically it's something that is more generic, because we know that hate speech is associated to features of the person, not maybe the specifics of that person: it has to do with being a woman, it has to do with being black, it has to do with a context situation. And a civil approach

maybe in the hate speech would be different because it's not associated to myself so it's difficult to prove or it's just my own perception of the topic. I just feel that when you go and prove that some harm has been done to you specifically, you need to set the proves that has to do with you not something that is more generic like being black, for example. So in those cases... yeah. And also because of the laws, you mentioned one specific based on racism but are there others for LGBTQIphobia or gordofobia (fatphobia), maybe there are not specific laws based on that so what's happening in those grey areas? Where you have been a victim of hate speech but there are no legal tools out there or that we know of.

**Kelli Angelini** [00:53:10] É então, aqui no Brasil nós não temos lei específica pro crime discurso de ódio, não temos isso no nosso ordenamento jurídico. Alguns países, outros países já têm na Europa, Estados Unidos já tem essa lei específica né, esse crime previsto no ordenamento jurídico, aqui no Brasil não temos, aqui o que a gente faz é enquadrar em crimes já previstos no Código Penal, nosso ordenamento penal, como por exemplo, injúria racial, calúnia, crimes de calúnia, difamação e injúria, que são crimes contra a honra, que aqui, de acordo com o nosso ordenamento jurídico, tem o menor potencial ofensivo, então as penas costumam ser mais brandas, então talvez isso acabe até desestimulando essa tramitação, levar essa situação para a esfera penal em decorrência de ter uma tramitação e chegar ao final de isso ainda ter um enquadramento num crime de menor potencial ofensivo e em uma pena mais reduzida né. Muitas vezes, se é um réu primário, se é uma pessoa que nunca praticou nenhum crime, até aquele momento, ela é condenada a prestar serviços à comunidade. Então a vítima né, que teve um sofrimento muito grande, um abalo muito grande na sua vida, depois dessa tramitação, pode chegar ao final da sessão criminal e ver ali o infrator, tendo uma condenação de prestação de serviços à comunidade. Então, talvez esse enquadramento tenha alguma ligação aí com um pouco dessa desmotivação pela tramitação da esfera criminal.

**Lucila Battan** [00:54:57] Thank you for that clarification! Ana I don't know if you have anything... I know that we are on time so...

**Ana Luiza Savi** [00:55:03] Eu acho que uma única pergunta seria se a gente está focado nesse tópico do discurso de ódio. Eu acho que falar com você nos dá uma base bem sólida também para seguir esse caminho. Minha única pergunta seria se você tem algum conselho de boas práticas, considerando que a gente está no início desse projeto, por onde a gente pode começar. Se você tem alguma sugestão na área desse trabalho com um discurso de ódio, considerando que você já conhece um pouquinho do nosso trabalho, então se tem alguma sugestão que você faria nesse momento.

**Kelli Angelini** [00:55:42] Que eu acho que é uma sugestão que talvez fosse muito efetiva é ouça as bases, ouça quem tá envolvido, porque crianças, adolescentes, jovens adultos, vivenciam situações que podem nos ensinar muito e podem identificar ali, nos trazer muitas situações para que a gente pense em como lidar com elas. Então, acho que envolver crianças e adolescentes ou jovens, nisso é fundamental para que a gente consiga perceber com maior clareza quais são as situações que eles vivenciam ali no ambiente digital e pensar em como instruí-los para terem né, para as boas práticas online e para essa proteção que



efetivamente eles merecem né. Afinal, de acordo com o nosso Estatuto da Criança e Adolescente, crianças e adolescentes devem ser prioridade absoluta e merecem sim, a proteção de toda a sociedade. Então, a gente precisa justamente identificar o que acontece efetivamente com eles online, pensar nas ações e fazer chegar toda instrução, essa proteção, para que cada vez eles possam usar melhor o ambiente online.

**Ana Luiza Savi** [00:57:03] Perfeito Kelli, muito obrigada. Lu, do you have anything else?

**Lucila Battan** [00:57:14] No I´m ok! Thank you for your time, it was a great conversation and I hope to have more in the future.

**Kelli Angelini** [00:57:16] Thank you!

**Ana Luiza Savi** [00:57:18] Vou parar a gravação por aqui.